

ORIGINAL

Editor

Artur José Renda Vitorino

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão disponíveis abertamente no Repositório da Produção Científica e Cultural da Unicamp, em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1501142>.

Uso de software de IA

Não foram utilizadas ferramentas de IA em nenhuma parte da elaboração deste manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

3 jul. 2025

Versão final

23 mar. 2026

Aprovado

1 maio 2026

Vivências educacionais de pessoas Surdas durante a Pandemia da COVID-19: reflexões e (im)possibilidades a partir de narrativas (auto)biográficas

Educational experiences of Deaf people during the COVID-19 pandemic: reflections and (im)possibilities based on (auto)biographical narratives

Cássia **Sígolo**¹ , Regina Maria de **Souza**² 

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Departamento de Educação. Rio Claro, SP, Brasil. Correspondência para: C. SÍGOLO. E-mail: <cassia.sigolo@unesp.br>.

² Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Departamento de Psicologia Educacional. Campinas, SP, Brasil.

Artigo elaborado a partir da tese de C. SÍGOLO, intitulada “Narrativas (auto)biográficas de pessoas Surdas sobre a pandemia da Covid-19: reflexões a partir dos olhares Surdos”. Universidade Estadual de Campinas, 2024.

Como citar este artigo: Sígolo, C.; Souza, R. M. Vivências educacionais de pessoas Surdas durante a Pandemia da COVID-19: reflexões e (im)possibilidades a partir de narrativas (auto)biográficas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v. 31, e16426, 2026. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v31a2026e16426>.

Resumo

Este artigo apresenta um recorte da tese “Narrativas (auto)biográficas de pessoas Surdas sobre a pandemia da COVID-19: reflexões a partir dos olhares Surdos”, que analisou demandas de pessoas Surdas no contexto do isolamento social, da escolarização remota e do acesso aos serviços de saúde durante a pandemia. Neste manuscrito, com ênfase nas experiências educacionais, buscou-se identificar barreiras comunicacionais e fragilidades na acessibilidade, muitas delas intensificadas pelo ensino remoto emergencial. A pesquisa, de abordagem (auto)biográfica, contou com entrevistas em vídeo realizadas com sete pessoas Surdas, via Google Meet, em Libras ou Português oral, conforme a preferência dos participantes. Os relatos em Libras foram traduzidos para o Português escrito e validados pelos entrevistados. Os resultados evidenciaram como principais dificuldades: acesso limitado às tecnologias digitais; instabilidade da conexão à internet, comprometendo a comunicação visual-espacial; número insuficiente de tradutores e intérpretes de Libras; escassez de materiais didáticos bilíngues acessíveis; práticas educacionais pouco alinhadas à perspectiva bilíngue e dificuldades de apoio no seio familiar. Esses fatores ampliaram vulnerabilidades educacionais e evidenciam a centralidade da equidade linguística para garantir o acesso, a participação e a permanência de estudantes Surdos no ambiente escolar.

Palavras-chave: COVID-19. Educação de Surdos. Língua Brasileira de Sinais. Narrativa pessoal. Pessoas com Surdez.

Abstract

This article presents a segment of the doctoral thesis “(Auto)biographical Narratives of Deaf People about the COVID-19 Pandemic: Reflections from Deaf Perspectives”, which analyzed the needs of Deaf individuals in the context of social isolation, remote schooling, and access to health services during the pandemic. Focusing on educational experiences, the study aimed to identify communication barriers and accessibility challenges, many of which were intensified by emergency remote teaching. The research adopted a (auto)biographical approach, conducting video interviews with seven Deaf participants via Google Meet, in Brazilian Sign Language (Libras) or spoken Portuguese, according to participants’ preference. Libras narratives were translated into written Portuguese and validated by the participants. The results highlighted key difficulties: limited access to digital technologies; unstable internet connections, compromising visual-spatial communication; a low number of Libras translators and interpreters; scarcity of accessible bilingual teaching materials; pedagogical practices poorly aligned with a bilingual perspective; and limited family support when the use of Libras at home was limited. These factors increased educational vulnerabilities and underscore the centrality of linguistic equity in ensuring access, participation, and retention of Deaf students in educational settings.

Keywords: COVID-19. Deaf Education. Brazilian Sign Language. Personal Narrative. Deaf People.

Introdução

Diante de um novo cenário epidemiológico, a Doença por Coronavírus 2019 (COVID-19, *Coronavirus Disease 2019*) foi classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2020).

No contexto supracitado, as condições pré-existentis enfrentadas por pessoas Surdas³ anteriormente à pandemia, especialmente a falta de acessibilidade comunicacional nas esferas social, escolar e da saúde, foram significativamente agravadas durante o período pandêmico, o que intensificou sua vulnerabilidade. Tal situação decorreu, entre outros fatores, da ausência de janela em Língua Brasileira de Sinais (Libras)⁴ e de legendas em informações oficiais veiculadas na televisão aberta acerca da pandemia (Araujo; Fernandes, 2020; Ribeiro; Cabello; Lins, 2020); das barreiras comunicacionais que dificultaram o acesso a serviços de saúde (Recio-Barbero; Sáenz-Herrero; Segarra, 2020); dos impactos psicossociais provocados pelo distanciamento social imposto pela pandemia (Dunn *et al.*, 2021; Tagupa, 2020), bem como das limitações do ensino emergencial remoto, que não atendeu às especificidades linguísticas, culturais e identitárias dos estudantes Surdos (Shimazaki; Menegassi; Fellini, 2020).

É importante destacar que a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão de pessoas Surdas no Brasil pela Lei 10.436/2002 (Brasil, 2002):

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de *natureza visual-motora*, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideais e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil [...].

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (Brasil, 2002, p. 1, grifo nosso).

A referida Lei, doravante “Lei de Libras”, foi regulamentada pelo Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005) que, entre outras providências, legitimou as necessidades e especificidades educacionais e

³ Adotamos neste texto a grafia “Surdo”, com inicial maiúscula, para referir-se à pessoa Surda como integrante de uma comunidade linguística e cultural própria (Skliar, 2001).

⁴ Entende-se por *janela de Libras* o espaço delimitado na tela em que as informações veiculadas em língua portuguesa são interpretadas para a Libras. Nesse contexto, a *ausência de janela de Libras* refere-se à inexistência desse recurso de acessibilidade em materiais audiovisuais, o que dificulta ou impede o acesso de pessoas surdas usuárias da Libras às informações apresentadas (ABNT, 2016).

linguísticas das pessoas Surdas. O Decreto estabeleceu diretrizes para a garantia da acessibilidade comunicacional, especialmente no contexto educacional, determinando a presença de Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) nas instituições de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, sempre que necessário à plena participação dos estudantes Surdos. Além disso, a legislação prevê a formação específica desses profissionais, bem como de professores bilíngues e instrutores Surdos, como medida indispensável para assegurar uma educação de qualidade em Libras como primeira língua (L1) e Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2). Nesse sentido, o arcabouço legal não apenas reconhece a Libras como uma língua legítima, mas também institui condições para sua implementação, promovendo o direito à educação bilíngue e à participação em igualdade de condições das pessoas Surdas nos espaços sociais e acadêmicos, considerando suas singularidades.

No tocante aos desafios enfrentados pelas comunidades Surdas ao redor do mundo no âmbito educacional durante a pandemia, a Federação Mundial de Surdos (*World Federation of the Deaf* [WFD]) publicou o documento *Position Statement on Educational Rights for Deaf Learners During the COVID-19 Pandemic and Beyond*, no qual destacou que a pandemia evidenciou e agravou barreiras historicamente presentes no acesso à educação. O documento ressalta que, em diversos países, muitas crianças e jovens Surdos já não dispunham de acesso à educação bilíngue de qualidade em línguas de sinais nacionais, realidade que persistiu durante a pandemia. Da mesma forma, muitos pais ouvintes de filhos Surdos permaneciam sem o suporte necessário para aprender a língua de sinais, limitando ainda mais as oportunidades de desenvolvimento linguístico e educacional dessas crianças. O documento ainda destaca a necessidade de uma educação bilíngue de qualidade, com o uso da língua de sinais nacional como meio de instrução promovendo, assim, o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos Surdos. O texto também recomenda o suporte aos pais de crianças Surdas para que aprendam a língua de sinais, inclusive por meio de recursos de ensino remoto, fortalecendo a comunicação familiar e o desenvolvimento linguístico dos estudantes. Além disso, o relatório evidencia a importância de garantir informação educacional de forma acessível, por meio de materiais visuais e professores proficientes em língua de sinais no período pandêmico e pós-pandêmico para assegurar seu acesso equitativo à educação (World Federation of the Deaf, 2021).

Frente ao exposto, o presente trabalho trata-se de um recorte dos resultados advindos da pesquisa de doutorado da primeira autora, sob a orientação da segunda, que consistiu em (a) colher e analisar as necessidades de pessoas Surdas na situação de isolamento social e escolarização remota face à pandemia e às situações por ela impostas. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o número de Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) nº 53199221.00000.8142, sob o parecer: 5.233.075.

Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de compreender de forma mais aprofundada as vivências que marcaram as pessoas Surdas e as metodologias educacionais direcionadas ao alunado Surdo durante o contexto pandêmico, realizamos uma investigação de natureza qualitativa, uma vez que o foco esteve centrado na interpretação das experiências a partir das perspectivas dos próprios participantes. A escolha pela abordagem (auto)biográfica como referencial metodológico possibilita acessar e compreender as trajetórias de vida dos sujeitos da pesquisa, permitindo que essas histórias se constituam como referências significativas para a reflexão e compreensão de si mesmos (Alves,

2015). Nesse sentido, é pertinente destacar as contribuições de Marie-Christine Josso (Josso, 2007, p. 437), ao afirmar que tal abordagem “[...] enriquece também nosso repertório de ‘pessoas comuns’, permitindo-nos desenvolver uma consciência do si individual e coletivo mais sutil”.

Josso (2007, p. 415) ainda ressalta que

Trabalhar com questões identitárias, entendidas como expressões de nossa existencialidade, por meio da análise e interpretação das histórias de vida escritas, permite evidenciar a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade das identidades ao longo da trajetória humana.

Passeggi, Souza e Vicentini (2011, p. 37) contribuem para a reflexão sobre esses aspectos ao destacar que:

Nessa perspectiva, não se trata de encontrar nas escritas de si uma “verdade” preexistente ao ato de biografar, mas de estudar como os indivíduos dão forma às suas experiências e sentido ao que antes não tinha, como constroem a consciência histórica de si e de suas aprendizagens nos territórios que habitam e são por eles habitados, mediante o processo de biografização. Aqui a noção de grafia não se limita à escrita produzida em uma língua natural (oral e escrita), mas amplia a investigação fazendo entrar outras linguagens no horizonte da pesquisa e das práticas de formação: fotobiografias, audiobiografias, videobiografias e abre-se para a infinidade de modalidades.

Tendo como objetivo central evidenciar, por meio de narrativas (auto)biográficas, as necessidades apontadas pelas próprias pessoas Surdas durante a pandemia de COVID-19, a orientadora da pesquisa, docente ouvinte com trajetória vinculada ao Movimento Surdo, e a pesquisadora, fonoaudióloga bilíngue (Libras/Português), estabeleceram articulações que viabilizaram o contato com Surdos que haviam tido confirmação de infecção por COVID-19.

Foram convidadas a participar da pesquisa pessoas Surdas que atendessem aos seguintes critérios de inclusão: (a) ter idade igual ou superior a 18 anos; (b) ser de ambos os sexos biológicos; (c) apresentar perda auditiva de grau moderado a profundo⁵, congênita ou adquirida nos primeiros anos de vida⁶; (d) residir em qualquer região do território nacional; (e) falar⁷ Libras e/ou ser oralizado; (f) fazer ou não uso de dispositivos eletrônicos auxiliares à audição (DEAAs), como o aparelho de amplificação sonora individual (AASI) e/ou implante coclear (IC); (g) ter acesso e habilidade para utilizar aplicativos com chamadas de vídeo; (h) ser alfabetizado na Língua Portuguesa; (i) apresentar histórico de confirmação de infecção por COVID-19, mediante testagem e (j) ter assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização para Uso de Imagem, conforme os preceitos éticos da pesquisa.

Diante do contexto da pandemia e da abrangência geográfica dos participantes Surdos, oriundos de diferentes regiões do país, as entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio de videoconferência, utilizando-se a plataforma Google Meet. A escolha pela ferramenta considerou tanto a preferência e familiaridade de cada entrevistado quanto a possibilidade de gravação das conversas, o que permitiu o posterior acesso aos registros para análise dos relatos.

⁵ Classificação baseada na Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 (Brasil, 2023).

⁶ A inclusão de participantes com surdez congênita ou adquirida nos primeiros anos de vida justifica-se pelas diferenças linguísticas e culturais observadas entre pessoas com perda auditiva pré-lingual e aquelas com perda auditiva pós-lingual.

⁷ Neste estudo, adotamos a expressão “falar Libras” com base no entendimento de que a Libras é uma língua natural, estruturada por regras gramaticais próprias e reconhecida como sistema linguístico pleno. Essa escolha terminológica afasta concepções reducionistas que ainda associam as línguas de sinais a gestos ou à mímica. Conforme argumenta Gesser (2009), o reconhecimento do estatuto linguístico da Libras autoriza o uso de verbos tradicionalmente vinculados às línguas orais, como “falar”, para designar o ato de comunicar-se linguisticamente, independentemente da modalidade de realização, seja ela oral-auditiva ou visual-espacial.

Após a realização das entrevistas, os relatos em Libras foram traduzidos para a modalidade escrita da Língua Portuguesa pela pesquisadora. Posteriormente, essas traduções foram validadas por uma profissional TILSP, garantindo a máxima fidelidade ao conteúdo original. Todos os relatos foram submetidos à revisão e validação por parte dos próprios entrevistados, garantindo que as informações refletissem com precisão suas experiências e perspectivas.

Resultados e Discussão

Com base nos critérios previamente estabelecidos, participaram deste estudo sete pessoas Surdas com surdez congênita ou adquirida na infância, com perda auditiva de grau severo a profundo, maiores de 18 anos, de ambos os sexos biológicos. Todos são falantes da Libras e/ou oralizados, alfabetizados e com compreensão textual em Língua Portuguesa, usuários ou não de AASI e/ou IC, residentes em diferentes regiões do país e com autonomia no uso de aplicativos móveis para comunicação por chamadas de vídeo. Todos concluíram a Educação Superior, atuam majoritariamente como docentes universitários, e tiveram diagnóstico confirmado de COVID-19.

Embora não tenha constituído critério de inclusão, todos os participantes são pesquisadores, professores universitários e lideranças Surdas. Essa característica qualifica as análises aqui apresentadas, uma vez que suas narrativas articulam experiência vivida, reflexão acadêmica e consciência política acerca das condições estruturais que atravessam a escolarização de pessoas Surdas. Ressalte-se, contudo, que os impactos da pandemia extrapolaram recortes de escolaridade ou inserção profissional, afetando amplamente a comunidade Surda.

Com o objetivo de resguardar a identidade dos participantes e sua vinculação institucional, foram atribuídos nomes fictícios aos respondentes. Esses nomes foram escolhidos em homenagem a professores e ativistas Surdos e Surdocegos que integram a história do movimento Surdo em âmbito internacional⁸. A caracterização da amostra da pesquisa encontra-se apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa.

Nome fictício	Sexo biológico	Idade	Grau da perda auditiva	Línguas de comunicação	Língua escolhida para as narrativas	Escolaridade	Profissão
Ferdinand Berthier	Masculino	40	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita e oral)	Libras	Mestrado	Professor Universitário
Hellen Keller	Feminino	40	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita e oral)	Libras e Língua Portuguesa (modalidade oral)	Superior	Médica Veterinária
Louise Walser	Feminino	42	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita)	Libras	Pós-Graduação	Professora Universitária
Jeanne Stuart	Feminino	42	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita)	Libras	Pós-Graduação	Professora Universitária e Professora de Surdos
Annie Cannon	Feminino	38	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita)	Libras	Pós-Graduação	Professora de Surdos
Gertrude Caroline Ederle	Feminino	55	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita)	Libras	Doutorado	Professora Universitária
Pierre Desloges	Masculino	50	Profundo	Libras e Língua Portuguesa (modalidade escrita)	Libras	Doutorado	Professor Universitário

Nota: Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

⁸ Para aprofundar-se na trajetória de professores e ativistas Surdos franceses, destacamos a obra de Souza e Rodrigues (2021).

As fragilidades e os impasses enfrentados durante o período da pandemia, especialmente no âmbito educacional, foram mencionados por cinco dos sete participantes da pesquisa. Cabe contextualizar que Berthier não exerceu atividades docentes nesse período, pois ocupava a função de Coordenador de Curso em sua Universidade. Hellen, por sua vez, é profissional da área da saúde e, na ocasião, não estava vinculada a atividades de docência nem matriculada em cursos como estudante. Assim, ambos relataram não terem tido vivências pessoais relacionadas à escolarização que pudessem ser compartilhadas. Isso posto, consideramos relevante apresentar os excertos dos relatos dos demais participantes, com o intuito de contribuir com novas perspectivas e reflexões sobre os desafios enfrentados pelas pessoas Surdas nesse contexto.

Os depoimentos de Annie e Jeanne, Professoras Surdas que atuam com alunos Surdos, evidenciaram eixos temáticos recorrentes que demonstram como o ensino remoto intensificou fragilidades estruturais já presentes na escolarização desse público, especialmente no que concerne à mediação linguística, às condições de acesso e qualidade tecnológica e às desigualdades socioeconômicas que incidem sobre grande parte desse alunado.

Annie (2023) relata:

Quanto às aulas, por eu ser educadora, tive que dar aula a distância, o famoso ensino remoto. A grande questão é que a maioria das famílias não tinha uma internet boa. Então, como estratégia, preparei pequenos vídeos em Libras e postei nos grupos das famílias, porque era impossível trabalhar assim, sem internet, com as crianças. [...] Nós tentamos fazer 'Lives', mas era bem difícil; com a internet oscilando e travando o tempo todo, era quase impossível. Também foi desafiador o fato de muitos pais ouvintes não saberem Libras para auxiliar seus filhos Surdos nas atividades escolares. Foi muito complicado.

Seu depoimento deflagra que a transição para o formato virtual demandou intensa reorganização pedagógica e, simultaneamente, expôs a insuficiência das condições tecnológicas disponíveis. Esse cenário foi ainda mais impactado pela dinâmica familiar predominante, marcada pelo fato de muitos estudantes Surdos serem filhos de pais ouvintes e não contarem com uma mesma língua compartilhada no ambiente familiar. A produção de vídeos curtos e o uso de aplicativos de mensagens configuraram estratégias emergenciais que, embora necessárias, não asseguravam condições efetivas de interação linguística plena.

Jeanne, Professora Surda que atua tanto com alunos Surdos quanto como docente universitária de estudantes ouvintes, ao contrastar essas realidades educacionais distintas, observa:

Para ministrar aulas para meus alunos na Universidade funcionou mais, porque eles tinham acesso à internet e, aos poucos, se familiarizaram com as plataformas de aulas on-line, mas muitos de meus alunos Surdos do AEE (Atendimento Educacional Especializado) não tinham internet, e muitos não tinham celular. Eu precisei preparar atividades impressas e deixar disponíveis na escola, para o familiar retirar, senão eles não teriam feito nada nesse período. Além disso, nas reuniões de orientação com as famílias, eu sempre precisava do intérprete, porque a maioria dos pais ouvintes sabia pouca Libras. Os intérpretes também estavam sobrecarregados com muitas outras demandas; precisaria ter mais intérpretes na escola (Jeanne, 2023).

O excerto expôs desigualdades educacionais atravessadas por vulnerabilidades socioeconômicas que incidem diretamente sobre as condições de acesso e permanência escolar (Silva et al., 2025). Para parte do alunado Surdo relatado, a escolarização remota não se configurou como experiência efetivamente acessível, demandando estratégias alternativas, como a disponibilização de atividades impressas.

Adicionalmente, Jeanne apontou a insuficiência de profissionais TILSP na instituição em que atua, o que evidencia fragilidades nas políticas institucionais de acessibilidade linguística. A limitação no número desses profissionais, especialmente em um contexto de ampliação das demandas comunicativas no ensino remoto, comprometeu a mediação entre escola e família, bem como o acompanhamento pedagógico dos estudantes Surdos⁹.

Por sua vez, Desloges, Louise e Gertrude, igualmente docentes universitários, destacam a insuficiência de equipamentos adequados, a necessidade de reestruturação metodológica constante e a permanência prolongada no regime remoto, o que demandou elevado investimento de tempo, energia e adaptação tecnológica.

Desloges afirma:

No momento da pandemia, eu dava aula remota e foi uma fase bem difícil também porque eu não dispunha de materiais e equipamentos específicos para gravação de uma boa aula, tive que adaptar muitas coisas... ficamos nesse processo de EaD por dois anos praticamente, retornando presencialmente somente em maio de 2022 (Desloges, 2024).

Louise acrescenta:

Tive que me migrar rapidamente para as aulas remotas e me adaptar a essa modalidade, sempre preocupada com a conexão da internet, com a familiarização com as tecnologias, e preocupação com alunos que também estavam se acostumando com tudo isso (Louise, 2023).

Os relatos apontam para uma formação prévia incipiente para o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação e para a intensificação do trabalho docente, que passou a demandar domínio técnico, planejamento multimodal e permanente reorganização didática.

Gertrude sintetiza um aspecto central: *“Todas as aulas foram remotas. Ficamos muito dependentes da conexão da internet, que oscilava muito. Nas aulas com pessoas Surdas, se trava a imagem, compromete o conteúdo”* (Gertrude, 2023).

A instabilidade da imagem não configura mero problema técnico. A visualidade constitui condição linguística estruturante da Libras; assim, interrupções no fluxo visual incidem diretamente sobre a inteligibilidade discursiva e sobre os processos de construção de conhecimento.

No conjunto dos depoimentos, os desafios relatados pelos participantes, enquanto Professores Surdos de estudantes Surdos no período pandêmico, podem ser organizados em eixos articulados: (i) domínio limitado das Tecnologias da Informação, tanto por parte dos próprios docentes quanto de seus alunos; (ii) necessidade contínua de adaptação metodológica e reorganização das práticas pedagógicas; (iii) fragilidades no apoio familiar às atividades escolares,

⁹ À época, destacam-se as ações da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPÉBS), da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), então coordenada pelos professores e pesquisadores Surdos, Dr. Falk Soares Ramos Moreira, Dra. Mariana de Lima Isaac Campos e Dra. Marisa Dias Lima. Entre essas iniciativas, merece destaque a oferta do curso de extensão “Educação de Surdos em Tempos de Pandemia”, voltado à formação continuada de professores Surdos e ouvintes atuantes na Educação Bilíngue de Surdos. Tal iniciativa teve como objetivo qualificar práticas pedagógicas direcionadas ao alunado Surdo no contexto do ensino emergencial remoto, considerando os diversos desafios previamente discutidos, que impactaram diretamente a aprendizagem e a participação desses estudantes. Ressaltamos a importância de que políticas voltadas à educação de Surdos sejam formuladas e conduzidas “por” pessoas Surdas e em diálogo “com” a comunidade Surda, assegurando o reconhecimento das especificidades linguísticas e culturais desse grupo e promovendo o protagonismo Surdo nas propostas educacionais. Atualmente, a DIPÉBS é coordenada por professoras e pesquisadoras Surdas, sendo dirigida pela Dra. Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione. Compõem ainda a equipe Dra. Marisa Lima, como Coordenadora-Geral de Educação Bilíngue na Educação Básica e no Ensino Superior, e a Dra. Bianca Ribeiro Pontin, como Coordenadora-Geral de Atendimento Especializado. Mais informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/composicao/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-diversidade-e-inclusao-secadi>. Acesso em: 26 fev. 2026.

especialmente em razão da limitada utilização de uma mesma língua compartilhada no seio familiar; (iv) oferta insuficiente ou incipiente de profissionais TILSP para assegurar o suporte linguístico necessário; (v) vulnerabilidades socioeconômicas que comprometem as condições de acesso e permanência e (vi) centralidade da qualidade da conexão de internet nas videoaulas, uma vez que, para estudantes Surdos, a distorção ou o congelamento da imagem compromete diretamente a comunicação e a participação regular nas atividades, situações igualmente identificadas por Pagaime *et al.* (2020) e Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020).

Tais elementos reforçam a necessidade de (re)pensar a produção e o uso de materiais didáticos acessíveis para o ensino da Língua Portuguesa a estudantes Surdos sob a perspectiva bi/multilíngue. A ausência de materiais adequados e as adaptações improvisadas evidenciam que a produção pedagógica ainda se ancora, majoritariamente, em referenciais concebidos para estudantes ouvintes. A limitada oferta de materiais didáticos bilíngues voltados ao ensino da Língua Portuguesa como L2, bem como as barreiras que afetam o acesso, a permanência e o desenvolvimento educacional do alunado Surdo (Bizon; Silva, 2023; Silva, 2016) indicam que as dificuldades intensificadas durante o período remoto possuem raízes estruturais.

Considerados em conjunto, os depoimentos revelam que, mesmo no âmbito universitário, espaço em que se pressupõe uma maior autonomia discente, a dependência de conexão estável e de condições técnicas adequadas torna-se um elemento crítico quando a mediação linguística ocorre prioritariamente pela via visual-espacial.

Por fim, soma-se a esse cenário a redução das oportunidades de interação em língua de sinais entre pares Surdos e com professores sinalizantes. O afastamento físico contribuiu para a diminuição das experiências interativas em Libras, o que afetou a circulação linguística no espaço educacional (Mohammed, 2021).

Diante das situações elencadas, fica evidente que os desafios enfrentados pelas pessoas Surdas no âmbito educacional, embora já presentes antes da pandemia, foram significativamente agravados no contexto emergencial. As dificuldades relacionadas ao acesso às tecnologias, às barreiras linguísticas e às práticas educacionais bilíngues ainda incipientes revelaram fragilidades estruturais que impactaram os processos de escolarização durante esse período.

Os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento da perspectiva bi/multilíngue na educação de Surdos, reconhecendo a Libras como língua de instrução e interação e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Ademais, indicam a urgência de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões identitárias que atravessam as experiências Surdas, promovendo práticas educacionais não homogeneizantes e comprometidas com a equidade linguística e cultural.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo acolher e analisar as demandas das pessoas Surdas durante o contexto da pandemia de COVID-19, especialmente no que se refere à escolarização. A pesquisa, de natureza (auto)biográfica, foi orientada pelo resgate sensível das experiências de sete pessoas Surdas, cujos relatos permitiram a (re)construção de memórias e reflexões, com foco na interface entre a pandemia e as vivências escolares de estudantes Surdos.

Os relatos de Professores Surdos que atuaram com alunos Surdos e ouvintes durante a pandemia evidenciaram os múltiplos desafios enfrentados em um cenário marcado não apenas por limitações tecnológicas e pela transposição de conteúdos para o formato remoto, mas

também por fragilidades decorrentes da inserção do sujeito Surdo em um modelo educacional predominantemente pensado para ouvintes. Esses fatores, associados à vulnerabilidade socioeconômica e à utilização de materiais pedagógicos que não contemplam os aspectos de visualidade e as necessidades específicas dos estudantes Surdos, impactaram diretamente a qualidade do processo educativo. Conforme discutido por Pagaime *et al.* (2020) e por Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020), tais condições intensificam a necessidade de (re)pensar as práticas e as garantias da educação bilíngue para Surdos. Ademais, a redução do contato entre alunos Surdos e seus pares linguísticos, bem como o distanciamento de professores Surdos durante o ensino remoto, comprometeram dimensões essenciais da socialização e do desenvolvimento identitário por meio da língua de sinais (Mohammed, 2021).

Ainda nesse contexto, a partir das narrativas dos participantes, evidencia-se que o direito à equidade linguística nos contextos da saúde, da educação e da vida social configura uma reivindicação histórica da Comunidade Surda. Embora essas demandas estejam respaldadas por marcos legais do ordenamento jurídico brasileiro (Brasil, 1988, 2002, 2005), observaram-se, durante o período pandêmico, o agravamento e a intensificação das barreiras linguísticas e comunicacionais enfrentadas cotidianamente por essa grande parte dessa população.

Os relatos dos depoentes, em consonância com os apontamentos da Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the Deaf, 2020), revelaram a urgência de se considerar que pessoas Surdas podem estar sujeitas a múltiplas formas de discriminação interligadas a marcadores sociais como raça, cor, gênero, sexualidade, idioma, religião, nacionalidade, etnia, origem indígena e faixa etária. Em particular, Surdos pertencentes a grupos socialmente marginalizados podem vivenciar formas de discriminação interseccional, resultantes da sobreposição de marcadores sociais e de contextos históricos e estruturais de exclusão (Silva *et al.*, 2025).

Compreender as necessidades apontadas pelos próprios Surdos torna-se fundamental não apenas em situações excepcionais, como a pandemia, mas também em todos os contextos sociais e educacionais. Evidencia-se, assim, a urgência de se promover a equidade linguística, cultural e educacional, elemento essencial para que as demandas das pessoas Surdas sejam efetivamente contempladas nos âmbitos social, escolar e da saúde. Esse cenário impõe uma reflexão sobre o papel da Educação Bilíngue para Surdos, evidenciando não apenas a necessidade de garantir o acesso, mas também de assegurar a permanência dos estudantes Surdos nos espaços escolares, com reconhecimento e valorização de seu pertencimento linguístico e cultural.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. *ABNT NBR 15290:2016: Acessibilidade em comunicação na televisão*. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- Alves, G. A. *A construção da identidade profissional de licenciados em Música da UFRN: um estudo de narrativas autobiográficas*. 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- Araujo, L. A. S.; Fernandes, E. M. O cuidado com pessoas com deficiência em tempos do Covid-19: considerações acerca do tema. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 3, p. 5469-5480, 2020. Doi: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n3-119>.
- Bizon, A. C. C.; Silva, I. R. "Eu também posso escrever!": narrando a produção de material didático de Português como Segunda Língua para Surdos em uma perspectiva decolonial e translíngue. *Delta*, v. 39, n. 1, e202359806, 2023. Doi: <https://doi.org/10.1590/1678-460X202359806>.

Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

Brasil. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

Brasil. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

Brasil. *Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023*. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

Dunn, C. C. *et al.* The influence of forced social isolation on the auditory ecology and psychosocial functions of listeners with cochlear implants during Covid-19 mitigation efforts. *Ear and Hearing*, v. 42, n. 1, p. 20-28, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1097/aud.0000000000000991>.

Gesser, A. *LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

Josso, M.-C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*, v. 30, n. 3, p. 413-438, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2741>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Mohammed, N. Deaf students' linguistic access in online education: the case of Trinidad. *Deafness & Education International*, v. 23, n. 3, p. 217-233, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1080/14643154.2021.1950989>.

Organização Pan-Americana da Saúde. OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia. [S. l.]: OPAS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Pagaime, A. *et al.* *Pesquisa: inclusão escolar em tempos de pandemia*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/inclusao-escolar-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

Passeggi, M. C.; Souza, E. C.; Vicentini, P. P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. *Educação em Revista*, v. 27, n. 1, p. 369-386, 2011. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100017>.

Recio-Barbero, M.; Sáenz-Herrero, M.; Segarra, R. Deafness and mental health: clinical challenges during the Covid-19 pandemic. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, v. 12, n. S1, p. S212-S213, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1037/tra0000729>.

Ribeiro, B. S.; Cabello, J.; Lins, H. A. M. Direito à participação política da comunidade surda brasileira: informação e comunicação na garantia de cidadania. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 20, p. 320-335, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3638>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Shimazaki, E. M.; Menegassi, R. J.; Fellini, D. G. N. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, v. 15, e2015476, 2020. Doi: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.15476.071>.

Silva, I. R. Educação bilíngue para surdos e valorização de línguas minoritárias. *Estudos Linguísticos*, v. 44, n. 2, p. 574-583, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/995>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Silva, P. M. V. A. *et al.* Direitos e vulnerabilidade linguística da pessoa surda e a atuação do fonoaudiólogo bilíngue. In: Lopes, L. *et al.* (ed.). *Tratado brasileiro de fonoaudiologia*. 3. ed. Barueri: Manole, 2025. p. 426-430.

Skliar, C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In: Silva, S.; Vizin, M. (org.). *Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados*. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 85-110.

Souza, R. M.; Rodrigues, J. R. (org.). *Ferdinand Berthier (1803-1886): erudito, professor, ativista surdo e suas contribuições para o nosso presente*. Curitiba: CRV, 2021. (A história é a de quem nos conta: narrativas de autores surdos esquecidos pela história, v. 2).

Tagupa, H. Social isolation, loneliness, and hearing loss during Covid-19. *The Hearing Journal, Philadelphia*, v. 73, n. 5, p. 46-47, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1097/01.HJ.0000666456.65020.b9>.

World Federation of the Deaf. *Position statement on educational rights for deaf learners during the Covid-19 pandemic and beyond*. Helsinki: WFD, 2021. Available from: <https://wfdeaf.org/news/resources/position-statement-on-educational-rights-for-deaf-learners-during-the-covid-19-pandemic-and-beyond/>. Cited: 10 Jan. 2025.

World Federation of the Deaf. *Statement on equality & non-discrimination during the global Covid-19 pandemic*. Helsinki: WFD, 2020. Available from: <http://wfdeaf.org/news/resources/the-non-discrimination-statement/>. Cited: 10 Jan. 2025.

Colaboradores

C. SÍGOLO e R. M. SOUZA: Conceitualização e Metodologia. C. SÍGOLO: Investigação. C. SÍGOLO e R. M. de SOUZA: Análise formal. C. SÍGOLO e R. M. de SOUZA: Escrita - revisão e edição.